

“HISTÓRIAS RECOBRIDORAS”: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O TRABALHO DO ANALISTA EM SITUAÇÕES DE CATÁSTROFE SOCIAL

Tatiana Inglez-Mazzarella

O silenciamento diante da dor e do horror das situações de catástrofes sociais, tal como a ditadura em nosso país, se faz calcado na manutenção do esquecimento e do desmentido. A violência exercida sobre os corpos e a capacidade de pensar custa muito não só àqueles que foram afetados diretamente, mas também às gerações seguintes. Diante da força da destrutividade posta em jogo, resta a aposta de fazer frente a tais situações e resistir.

Arantes (2016:16) propõe que a psicanálise “(...) pode sim oferecer ferramentas para dar nome ao que não pôde ser dito e trazer à tona o que permanece oculto. Pode acolher o silêncio e ajudar a tornar pública palavra que expresse dor”.

Para tanto, pretendo discutir a ideia de história recobridora como uma narrativa que está justamente silenciada em sua possibilidade de expressar a dor; uma história que, embora seja feita de palavras, não se apresenta em sua dimensão elaborativa. Neste sentido, pensar acerca da qualidade da narrativa construída diante dos efeitos do traumático parece-me uma importante ferramenta clínico-social. Se trabalhar com a mudez é imprescindível, o mesmo me parece ser em relação à tagarelice das histórias recobridoras.

Sabemos da importância ímpar do lembrar como forma de fazer frente à repetição, assunto bastante discutido pelos psicanalistas, quero hoje tratar de um lembrar que poderia justamente permitir esquecer, aquilo que pode fazer frente à radicalidade da recusa e apostar no que Freud denominou do bom esquecimento.

Mas, afinal, o que é uma história recobridora?

É uma história que acaba por funcionar como tamponamento de questões traumáticas e que, portanto, falha em sua função de propiciar

elaboração. Se suas construções foram uma tentativa de lidar com o trauma, a forma como circulam dificulta ou impede novas elaborações. É por este motivo que a nomeio recobridora, pois perde a mobilidade de abertura inconsciente, que tem a formação de compromisso, e passa a ser ela própria, muitas vezes, retraumatizadora por si.

Se para esquecer, num primeiro momento, é preciso lembrar, o não poder esquecer faz das histórias recobridoras um imperativo. Para melhor explicar as histórias recobridoras, produzindo uma articulação com as catástrofes sociais, recorro ao conceito de recusa como mecanismo de defesa frente ao vivido. Peço licença a vocês para fazê-lo brevemente antes de prosseguirmos com a discussão a qual me proponho.

Esse termo foi utilizado por Freud pela primeira vez, em 1923, para caracterizar um mecanismo de defesa por meio do qual é efetuado o reconhecimento da realidade de uma percepção negativa, no entanto, ao mesmo tempo, é recusada. Reconhecimento e recusa do reconhecimento passam a conviver, ou melhor, a coexistir como duas realidades contraditórias não conflitivas, acarretando a clivagem do eu como forma de sustentação dessa existência simultânea. Lembremos que faz parte das funções do eu assegurar uma percepção relativamente estável e constante de si mesmo, diante do mundo externo.

A recusa ou desmentido, como indica Figueiredo (2008), não permite que aquilo que foi percebido e armazenado leve a uma tomada de decisão, a um posicionamento do sujeito: o que ocorre é um impedimento de que se façam inferências advindas do que foi percebido. Neste sentido, preserva-se uma posição subjetiva fixa, inalterável, que desmente o percebido. A recusa diferencia-se do recalçamento, já que o recalçado é aquilo que, justamente, ao manter uma ligação com um sentido inadmissível para a consciência, precisa ser apartado.

Assim, fica claro o motivo de o caráter traumático das representações marcadas pela recusa ter relação direta com a abolição de suas implicações

simbólicas, pois tanto o sentido quanto o julgamento encontram-se suspensos. A recusa é, então, o que testemunha o fracasso do recalçamento, pois, pois de acordo Penot (1992), não ocorre o enlace entre o registro da sensação, ou da representação formal, e o representante da linguagem. Há uma importante falha no que se refere à capacidade simbólica, afetando conseqüentemente, a perlaboração do traumático.

Nas histórias recobridoras, estamos diante de uma importante dificuldade em lidar com a ausência. Isso faz da história recobridora uma forma capaz de reiterar a presença em estado bruto, ou seja, de ratificar a presença do traumático de um modo não passível de metáfora; trata-se de algo que efetivamente é difícil de ser pensado e que resiste a entrar na cadeia significante.

A história recobridora, embora seja feita de palavras, vive um estado de coisificação justamente por estar apartada, por ter sido isolada de modo violento pela recusa. Esta recusa impede o caráter transitivo de uma percepção. Vem daí o caráter de fixidez das histórias recobridoras. O que está em jogo é a dificuldade de simbolização da ausência, num traumático que se perpetua pela própria forma de historicização, ou, mais precisamente, de pseudo-historicização, uma vez que não permite a passagem do vivido ao experienciado.

Ao deixar em suspenso o sentido e o julgamento, a história recobridora dificulta as conexões psíquicas, não permitindo que se faça contato com a perda, perda esta sentida como o lançamento do sujeito em direção ao nada. Cria-se uma história recobridora ali onde deveria se instalar o trabalho de luto; tenta-se evitar a dor - a dor entendida segundo a concepção freudiana como o fracasso do aparelho psíquico em fazer a passagem da energia livre às representações.

Se a história recobridora surge para evitar o trabalho que é convocado pela necessidade de ligação psíquica de impressões, especialmente das traumatizantes, cabe ressaltar, ainda, a dimensão intersubjetiva acentuada por

Penot (2005). Este autor afirma que a recusa, em princípio, nunca é do sujeito. Para tentar dar conta daquilo que fica interdito pelo outro (o pensar em consequências), cria-se uma história que, ao cobrir completamente (recobrir) o que poderia vir a ser inscrito como falta.

Impedir o reconhecimento da perda é inviabilizar o trabalho de luto; é instituir uma confusão entre falta, vazio e nada; é manter uma posição imutável. Não reconhecer a perda do objeto é, talvez, o modo mais eficaz de manter maciçamente a sua presença.

Hassoun (2002) fala da melancolia como uma maneira específica de relação com o luto, com a perda e com a morte. Penso na história recobridora como um tipo de narrativa em que palavras-coisas ocupam o espaço onde deveria se instalar a inscrição de uma perda. Evita-se o contato com a perda; desse modo, a história recobridora protege da melancolia e dos processos coletivos de melancolização.

Por meio do mecanismo de defesa da recusa mantêm-se cindidos aspectos que precisariam enfrentar a contradição, o conflito e, até mesmo, o paradoxo, fundamentais na narrativa, imprescindíveis quando se trata da história.

O estatuto de Verdade das histórias recobridoras se faz pela via do inquestionável. Tais histórias se constroem e se perpetuam em virtude da inexistência de dúvidas acerca do já sabido, o que obstaculiza a criação de novas edições ao longo da vida. A formulação dessas edições é fundamental, pois justamente surge como possibilidade de reposicionamento do sujeito.

No encontro com a história recobridora, o analista está convocado à tarefa de pensar o impensável por meio de um cuidadoso e delicado trabalho de ligação ali onde a cisão, a clivagem, foi buscada como tentativa de solução. Mas também está convocado, simultaneamente, à tarefa de reconhecer os limites da ligação, de reconhecer um resto, um real inapreensível.

Como abrir espaço para a difícil tarefa de pensar o abolido, de criar condições para que dois sistemas de referência que convivem como

irredutivelmente estranhos possam ser questionados?

A história recobridora como “memorial”, da mesma forma que o objeto fetiche e a cripta, simultaneamente recusa e testemunha a perda. Um trabalho de luto fica obstruído quando o reconhecimento é imediatamente recoberto pela abolição de seu sentido.

Penso que as histórias recobridoras funcionam como memória traumática em palavras, na qual por outros caminhos também se faz presente uma dimensão sentida como de irrealidade ao desconectar ligações essenciais para atribuição de sentido. Algo fica interceptado entre o pulsional e a significância, o que reitera um encontro com a Coisa na qual a função de terceiro, a mediação, falha.

A função do analista passa, então, pela capacidade de dar testemunho dessa perda ao apontar o que se encontra como incompatível para o sujeito. Trata-se de um testemunho com a finalidade de permitir a construção de um testemunho de si. Parte do trabalho testemunhal do analista consiste na identificação daquilo que insiste, do que não se pode dizer, do que aparece na atuação e na passagem ao ato; isso significa que o trabalho não se restringe ao que está presente em termos de sentido de uma narrativa.

As situações traumáticas, tanto coletivas quanto singulares, colocam em suspenso, em diferentes graus, a dimensão da alteridade. Seligmann-Silva (2008) aponta para a outridade dos sobreviventes de catástrofes históricas, na qual é o testemunho do testemunho que pode reestabelecer a ponte com o outro e, portanto, promover o religamento com o mundo.

Há uma escuta que testemunha, a escuta testemunhal, ou seja, uma escuta que também se faz “pelas bordas” ao retirar o foco da atenção de uma narrativa já constituída em toda a sua fixidez e considerar os indícios, os vestígios daquilo que não circula de maneira articulada, mas se faz presente como resto de natureza não simbolizável decorrente de uma experiência traumática.

A psicanálise vem há tempos trabalhando na discussão e intervenção

em catástrofes sociais, experiências coletivas de horror. Já é sabida a importância de uma política de memória. No entanto, apoiada em Todorov (2000), que chama a atenção para a importância da articulação entre memória e esquecimento como forma de nos libertarmos dos efeitos de um passado traumático e de barrar a repetição no presente, penso na força de repetição que pode ter uma história recobridora compartilhada socialmente e no trabalho terapêutico necessário para a (re)tomada de um processo de simbolização.

A clínica e as produções culturais testemunham que o trabalho de elaboração inclui a feitura de versões, ou seja, pressupõe constantes construções, desconstruções e reconstruções daquilo que foi vivido. Não há como escapar a uma narrativa. O sujeito está constantemente colocado diante da difícil, interminável e estruturante tarefa de nomear, criar sentidos, estabelecer bordas e de aceitar que há um inextinguível sem sentido, buscando uma aproximação daquilo que sempre escapa. Contar uma história sobre si é uma tentativa sempre “manca” de articular marcas, inscrições, transbordamentos, ou seja, de encontrar um fio condutor que organize, ainda que, transitoriamente, aquilo que foi vivido: um trabalho que possibilita a passagem do acontecimento e do vivido à experiência.

É por meio da linguagem, então, que se tenta construir bordas para circunscrever algo do vivenciado. Nesta complexa composição, entre marcas e inscrições, entendo o historicizar como tarefa irrealizável em sua plenitude, mas completamente necessária à instalação e à continuidade da vida.

Levallois (2007) chama a atenção dos analistas para o fato de considerarem em seu trabalho a História e seus entrelaces com a história do sujeito. Para além de uma história familiar, que julgo importante levar em conta, convém fazer referência a uma história coletiva, responsável por questionar uma vivência de exceção, por colocar o sujeito como mais um entre outros em sua condição humana e, ao mesmo tempo, como responsável pela construção de sua história. Eis uma diferenciação extremamente necessária e terapêutica entre a exceção e a singularidade.

Se esta já é tarefa permanente e nada simples, o que resta a fazer quando o tecido social se rompe devido aos efeitos mortíferos das catástrofes sociais?

Em vivências brutas e de muita intensidade, a partir das quais as histórias recobridoras se instituem como blocos rígidos a serviço de defesas radicais, as rearticulações ficam impedidas. Este impedimento se dá para que as defesas sigam operando e não sejam ameaçadas. Assim, as histórias recobridoras, ao encerrarem assunto por meio das cisões, instalam uma falsa continuidade, pois não abrem novos campos de sentido, mas ao contrário, produzem uma continuidade coisificada, morta e inflexível. Faltam-lhes bordas externas e internas. As bordas externas, responsáveis por dar um contorno e, aqui, o trabalho coletivo é imprescindível, as bordas internas, como abertura de espaços que permitem novas articulações. Para tanto, é preciso que operem lugares de ausência, lacunas, perdas, espaços de luto, de revisões.

Para me aproximar desta reflexão, busquei a companhia do livro *Guerra Aérea e Literatura*, de Winfried Georg Sebald (2011). Este livro é dividido em três eixos:

1. As conferências proferidas no ano de 1997 na Universidade de Zurique;
2. Um texto produzido pelo autor a partir das reações do público provocadas pelas conferências;
3. A relação entre a urgência dos literatos alemães pós 1945 de fazerem retoques na imagem de si mesmos - tomando como exemplo o caso de Alfred Andersch -, que é tomada como parte de um desvio ativo que faz o povo alemão em relação ao seu passado não tão longínquo.

Em seu texto sobre as conferências proferidas em Zurique, o autor trata do profundo silêncio do povo alemão diante do horror vivido pelos civis, fruto dos bombardeios ingleses sobre diversas cidades nos anos finais da Segunda Guerra Mundial. Segundo ele, a Royal Air Force lançou uma tonelada de bombas que atingiram 131 cidades, deixando 600 mil vítimas civis e 7,5

milhões de desabrigados.

Sebald recorre a documentos- boa parte produzida fora da Alemanha, com a descrição de cenas tocantes- para mostrar a apatia dos sobreviventes tanto diante das cidades arrasadas e de centenas ou milhares de cadáveres de seus moradores, quanto da falta de qualquer questionamento da ofensiva de aniquilamento da população, como ele nomeia os ataques da Guerra Aérea.

Sua argumentação segue via o questionamento dos motivos pelos quais os escritores alemães que estavam ou que retornaram no pós-guerra também, com raríssimas exceções, não puderam abordar o ocorrido.

Nas palavras do autor (2011:8):

A produção dos autores alemães depois da guerra é, por essa razão, muitas vezes determinada por uma consciência falsa ou parcial, formada para a consolidação da posição extremamente precária dos escritores numa sociedade quase que na íntegra moralmente desacreditada.

Sebald (2011) sustenta a tese de que os efeitos nefastos para o povo alemão do pós-guerra estão diretamente associados ao fato de não terem sido acionados mecanismos coletivos - dos quais a literatura se constitui em um relevante elemento - para que se pudesse pensar, falar e tirar conclusões sobre os efeitos da Segunda Guerra como um todo e dos bombardeios aéreos em particular. Esta discussão está intimamente associada ao esforço empenhado por todos aqueles que têm se dedicado a trabalhar sobre as situações de catástrofes sociais e seus efeitos traumáticos, como fazem, por exemplo, as Clínicas do Testemunho.

Um silenciamento construído em cima da culpa e da vergonha impostas pelo assassinato de milhões de seres humanos nos campos de extermínio. Ele nos conta que não foram poucos os que viam nos ataques aéreos e seus subsequentes incêndios devastadores um ato de retaliação, uma punição justa diante do que se vivenciara. Raramente alguém, fora a imprensa nazista, protestou contra a campanha de destruição. “Há diversos relatos de que, diante da catástrofe que então ocorria, os alemães se puseram em um estado

de muda fascinação” (p.22). Acompanhamos, assim, uma demonstração da barbárie em uma guerra na qual não há vencedores, mas apenas sobreviventes aos quais se impôs, em graus diversos é verdade, a urgente e sempre incompleta tarefa de atribuição de sentido:

A capacidade do ser humano de esquecer o que não quer saber, de não fazer caso daquilo que está diante de seus olhos, poucas vezes foi posta à prova de forma tão rigorosa como na Alemanha daquele tempo. Em primeiro lugar o puro pânico determinou a decisão de prosseguir como se nada tivesse acontecido. (Sebald, 2011:43)

Em uma análise deste livro, realizada pelo viés da literatura, Oehler (2011) destaca alguns pontos que entendo constituírem-se de especial interesse para a psicanálise. Primeiro, ao colocar Sebald como herdeiro de outros autores e do legado de uma Alemanha silenciada em sua vergonha e tristeza provenientes das consequências vividas sob o regime nazista. Ora, como analistas sabemos da importância do Outro na constituição do sujeito e, como humanos, deparamo-nos com o desafio frente à herança.

O que Sebald faz é uma tentativa, vale dizer bem sucedida, de apropriação do herdado. Mas para tanto, ele é obrigado a criar formas de expressão a partir de sua colisão com o inexprimível, o que só é possível quando há um acolhimento do aspecto paradoxal inerente à condição humana.

Em *Guerra aérea e literatura*, Sebald menciona uma história de heroísmo construída, e inquestionável, que funcionou como o reverso da apatia a partir da qual “(...) as pessoas se moviam ‘pelas ruas entre as ruínas medonhas como se, na verdade, nada houvesse acontecido e [...] esse sempre tivesse sido o aspecto da cidade’” (p.15). Segundo o autor, foi sobre os efeitos desta história que o trabalho de reconstrução não tardou a iniciar.

Esta história de heroísmo é, para mim, um exemplo de história recobridora coletiva. O autor afirma que a partir dela, a destruição foi o “primeiro estágio de uma reconstrução bem sucedida”, na qual o objetivo era

fazer da Alemanha um país ainda mais poderoso do que teria sido no passado.

A Alemanha assiste a um apagamento, seguido de um tamponamento via uma história recobridora, à serviço da declaração de um recomeço heroico, que cinde a destruição total da “aberração coletiva” (p.16), e propõe uma reconstrução maníaca ali onde cabia um trabalho de luto:

Não se espera que uma colônia de insetos fique paralisada pelo luto diante da destruição de uma colônia vizinha. Da natureza humana, no entanto, espera-se certa dose de empatia. Nesses termos, a manutenção da ordem pequeno-burguesa de seguir tomando café nas sacadas de Hamburgo¹, no final de julho de 1943, tem algo de assustador, absurdo e escandaloso (...) (Sebald, 2011: 44)

Sebald propõe é que a literature, sintomaticamente, não se ocupou da temática por estar em total consonância com o conjunto da ampla maioria da população alemã para a qual a Guerra Aérea, como desfecho dos horrores vivenciados pela Segunda Guerra, permaneceu como “segredo familiar vergonhoso, submetido a uma espécie de tabu, que não se podia confessá-lo, quiçá, nem a si próprio” (Sebald, 2011:19). Foram muito poucos autores que ousaram mexer no tabu imposto sobre a destruição:

A notória escassez de observações e comentários a este respeito explica-se pela imposição implícita de um tabu bastante compreensível quando se pensa que os alemães que se propuseram à total limpeza e higienização da Europa, precisavam se defender contra o medo que agora despontava entre eles de, na verdade, serem eles próprios o povo das ratazanas. (Sebald, 2011: 38)

O autor (2011) chama a nossa atenção para o que nomeia como uma “espantosa capacidade de autoanestesia de uma coletividade” (p.20), para ele sem um dano psíquico relevante e atribuído a um trabalho de recalçamento. Para mim, é da recusa e não do recalçamento que se trata.

Em partes de seu texto e em citações contidas no livro, descreve este

¹ Uma das cidades fortemente atingidas pelos bombardeios aéreos.

anestesiamento. Eu o relaciono como próprio do efeito da recusa e como o revelador de uma contraposição entre a necessidade de saber e o bloqueio dos sentidos. Entre eles, as “histórias verdadeiras” não podiam ser apreendidas. Chama a minha atenção referência à “história verdadeira”, o que reforça minha concepção de história neste trabalho - de que o caráter de verdadeiro não está no factual em si, mas na transformação da vivência em experiência. Sebald colabora com essa argumentação ao realizar a leitura do que eu nomearia de história recobridora de toda uma nação.

O autor também fala do quanto reconhece nele próprio os horrores provenientes de algo que embora não tenha sido vivido “na pele” é muito presente e determinante em sua vida; algo que relacionado à sua origem, ele, assim como todo humano, não tem como escapar.

Embora descreva o mecanismo de defesa que permitiu ao povo alemão seguir adiante, ele também afirma que “entrementes já lendária e, de certo ponto de vista, de fato admirável, a reconstrução alemã equivaleu, após as devastações causadas pelos inimigos de Guerra, a uma segunda aniquilação, realizada em fases sucessivas, de sua própria história anterior”. (p.16).

Que efeitos pode produzir o aniquilamento de uma história anterior?

Não teria este aniquilamento um papel importante de atualização via atuações e passagens ao ato nas gerações seguintes?

Sebald lista uma série de fatores que estariam em jogo no milagre econômico alemão, mas enfatiza que seu catalisador foi “a corrente de energia psíquica até hoje não exaurida, cuja fonte é o segredo guardado por todos os cadáveres amuralhados nos alicerces de nossa entidade estatal, um segredo que uniu os alemães nos anos após a Guerra e ainda hoje os une com força maior do que qualquer objetivo positivo, como por exemplo, a realização da democracia”. (p. 21).

Neste sentido, restaria pensar na dimensão de História, como propõe Levallois, para se embrenhar na tarefa de juntar o que foi cindido, pois só desta forma é possível inventar maneiras de processar.

Para tanto, penso que uma ferramenta, entre outras, é o trabalho clínico com as histórias recobridoras tanto singulares quanto coletivas, a partir de uma lógica de desconstrução, destamponamento, ligações e novas construções. Um trabalho que faça frente à recusa e, assim, ao apagamento do conflito: um trabalho em direção oposta à instalação de totalitarismos que, em geral, apoiam-se na oposição entre o bem e o mal, prometendo inclusive a sobreposição do primeiro. Como psicanalistas, sabemos que um contraponto pode ser a sustentação do conflito em toda a sua potência de articulação das pulsões de vida e de morte.

Colocar em questão a Verdade das histórias recobridoras é uma aposta de destamponamento de uma pseudohistoricização que, ao manter o desmentido e a cisão, sustenta um lembrar aquém das possibilidades de elaboração.

Bibliografia

ARANTES, M. A. de A. C. (2016) "A apropriação do passado nos permite construir o futuro" In ARANTES, M. A. de A. C. & FERRAZ, F. C. (org.) *Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*. São Paulo: Escuta: Sedes Sapientiae, 2016.

FIGUEIREDO, L. C. (2008) "Verleugnung. A desautorização do processo perceptivo" In Figueiredo, L. C. *Psicanálise: elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo: Escuta.

HASSOUN, J. (2002). *A crueldade melancólica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

LEVALLOIS, A. (2007). "Témoignage et histoire: une approche de la singularité contemporaine" In LEVALLOIS, A. (2007) *Une psychanalyste dans l'histoire*. Paris: Ed. Campagne Première.

OEHLER, D. (2001). "Alucinações e Alegorias: W. G. Sebald se recorda de W. Benjamin, leitor de Paris" In *Novos Estudos*, n. 89, p. 151-161, março de 2011.

PENOT, B. (1992). *Figuras da recusa: aquém do negativo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PENOT, B. (2005) *A paixão do sujeito freudiano: entre a pulsionalidade e a significância*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.

SEBALD, W. G. (2011) *Guerra aérea e literatura: com ensaio sobre Alfred Andersch*. São Paulo: Companhia das Letras.

SELIGMANN-SILVA, M. (2008) "Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas" In *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, vol 20, N.1, p. 65-82.

SILVA JÚNIOR, M. R. da (2016) "Clínica do Testemunho: reconhecimento como caminho da cura" In ARANTES, M. A. de A. C. & FERRAZ, F. C. (org.) *Ditadura civil-militar no Brasil: o que a psicanálise tem a dizer*. São Paulo: Escuta: Sedes Sapientiae, 2016.

TODOROV, T. (2000) *Los abusos de la memoria*. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S. A.